

REFLEXÕES SOBRE BRANQUITUDE E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

REFLECTIONS ON WITNESS AND THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF BRAZILIAN PSYCHOLOGY

Márcia Ribeiro Ramos¹

Liandra Lima Carvalho²

RESUMO

O presente ensaio buscou apresentar um levantamento acerca da produção científica das pós-graduações *stricto sensu* em psicologia (Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado), sobre branquitude, defendidas de 2003 a 2018 no Brasil, visando perceber, dessa forma, como a psicologia vem se posicionando no enfrentamento ao racismo brasileiro. Para tal utilizou como base os principais bancos de dados e plataformas digitais: Sucupira, BDTD, Portal Domínio Público e o Google Acadêmico; e teve como resultado uma ínfima produção, que foi analisada de forma contundente. As descobertas da pesquisa fizeram com que fosse observada a necessidade da categoria profissional em questão, especialmente, por meio dos cursos de pós-graduação, com a realização de pesquisas, aprofundar suas análises sobre o racismo no Brasil, os impactos dele na vida da população negra e como a psicologia pode atuar visando ao combate ao racismo, bem como o fortalecimento de denúncias, o apoio aos movimentos sociais voltados a essa causa e, especialmente, na garantia dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia; branquitude; racismo.

ABSTRACT

The present essay sought to present a survey about the scientific production of the *strictu sensu* postgraduate courses in psychology (Master's Dissertations and Doctoral Theses), on whiteness, defended from 2003 to 2018 in Brazil, in order to understand in this way how psychology has been positioning itself in the fight against Brazilian racism. For this, it used the main databases and digital platforms: Sucupira, BDTD, Portal Domínio Público and Google academic; and resulted in a tiny production, which was analyzed in

¹ Mestra pelo Programa de Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ. Pós-graduada em Teorias de Práticas Psicológicas em Instituições Públicas - Área II - Um Enfoque Transdisciplinar da Prática Clínica/UFRJ - 1998. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (1995) e em Direito pela UNESA (2011). E-mail: marciarte@yahoo.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2114-5263>.

² Doutora e mestra em Política Social pela Universidade Federal Fluminense, com pós-doutorado em Humanidades, Culturas e Artes pela Unigranrio. E-mail: liandralimacarvalho@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8840-9086>.

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira –
Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

a forceful way. The research findings made the need for the professional category to be observed, especially through postgraduate courses, with research, deepening their analysis of racism in Brazil, its impacts on the lives of the black population and how psychology can act to combat racism, as well as strengthen complaints, support social movements focused on this cause and especially, in guaranteeing human rights.

KEYWORDS: psychology; whiteness; racism.

PSICOLOGIA E BRANQUITUDE – CONEXÕES E DESCONEXÕES...

O conceito de branquitude data dos anos 1990, contudo a ideia de racialização do branco já era discutida muito antes. Priscila Elisabete da Silva relata que é preciso analisar “os estudos críticos da branquitude sobre o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu” (*apud* CARDOSO e MULLER, 2017, p. 21).

Silva, Loreto e Bifano afirmam que os intelectuais W. E. B. Du Bois (1920, 1935), em *Black Reconstruction in the United States*; Frantz Fanon (1952), em *Pele Negra, máscaras brancas*; Albert Memmi (1957), em *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*; Alberto Guerreiro Ramos (1957), em *Patologia social de “branco” brasileiro*; e Steve Biko (1978), em *Escrevo o que eu quero* “chamaram a atenção para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade não só do negro, mas, sobretudo, do branco” (2017, p. 21).

Tal terminologia toma corpo por meio das intelectuais norte-americanas Janet Helms (1990) e Ruth Frankenberg (1995) (BENTO e CARONE, 2014), que discorrem sobre os estudos críticos da branquitude como elemento resultante da estrutura colonialista, que configurou o poder mundial durante todo o século XX, se perpetuando até os nossos dias.

Ser branco é uma ideologia relacional, um exercício de poder totalitário que se assemelha ao fascismo: discurso que sustenta hierarquias racistas exercidas por ação ou omissão (invisibilidade), como opção de autopreservação cínica dos Estados-nação. Sobre a especificidade da branquitude brasileira, Cardoso e Muller (2017) afirmam que não deve ser pensada na dualidade branco/negro, mas sim sob os conceitos de miscigenação e branqueamento.

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Em 1993, a americana Ruth Alice Emma Frankenberg, no seu texto *White women, race matters: the social construction of whiteness*, cunha o termo *whiteness* que, a princípio, foi traduzido como branca, depois branquidade e, logo em seguida, branquitude. No estudo, Frankenberg estabelece a necessidade de se conhecer o comportamento branco, descrevê-lo e analisá-lo e define branquitude como:

um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo (1993, p. 43).

Essa posição privilegiada que o branco brasileiro ocupa desde a forma de colonização do território brasileiro pelos portugueses, diz respeito a determinadas características da formação da população brasileira. As relações étnico-raciais desenvolvidas no país propiciaram ao branco um lugar de se ver e ao outro, de vivenciar o poder da invisibilidade da branquitude. Para tal, passarei a discorrer sobre essas características específicas que marcaram a colonização brasileira e em que momento desembocou novamente no debate da branquitude.

Diversas pesquisas, como os estudos de Gomes (2018), Cardoso e Muller (2017), Bento e Carone (2014), Cardoso (2010, 2014) e Schucman (2012), apontam a importância da emergência dos estudos das relações étnico-raciais para entender as construções de subjetividades racistas nacionais (OLIVEIRA e NASCIMENTO, 2017).

Os autores Alessandro de Oliveira dos Santos, Lia Vainer Schucman e Hildeberto Vieira Martins (2012) relatam que no Brasil, em 1945, a psicanalista Virginia Bicudo defendeu a dissertação *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, primeiro trabalho de pós-graduação em Ciências Sociais no país a tratar de relações raciais. Virgínia Leone Bicudo foi uma socióloga e psicanalista brasileira, a primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista.

Em 1983, Neusa Souza Santos, psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira, defende sua dissertação de mestrado, posteriormente publicada sob o título “Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social no Rio de Janeiro”, no Instituto de Medicina Social da UERJ. Sua obra é considerada a primeira

referência sobre a questão racial na psicologia e sobre os aspectos sociológicos e psicanalíticos da negritude.

A psicóloga e psicanalista Isildinha Baptista Nogueira defende sua tese de doutorado em Psicologia intitulada “Significações do corpo negro em São Paulo”, em 1998, na USP, cuja orientadora foi Iray Carone.

Iray Carone (2017), psicóloga e professora da USP, relata que, em meados dos anos 1990, o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) realizou a pesquisa denominada “A força psicológica do legado social do branqueamento – um estudo sobre a negritude em São Paulo”. A pesquisa ocorreu de 1992 a 1996, mas até 1994 a bibliografia foi feita sobre a “literatura corrente escrita por brancos a respeito de negros no Brasil” (BENTO e CARONE, 2017). A autora aponta que, após a influência sobre o *whiteness studies*, o rumo da pesquisa mudou, visto que, até então, os estudos no Brasil silenciavam sobre os brancos, a herança da escravidão e seus privilégios.

Regina Marques Oliveira e Maria da Conceição Nascimento destacam dois levantamentos realizados sobre a temática racial: Ferreira (1999 *apud* OLIVEIRA e NASCIMENTO, 2017), de 1987 a 1995, constatou que de cinco mil estudos, entre artigos, periódicos, teses e dissertações de Psicologia, apenas doze tocavam na questão racial; e Chaves (2006 *apud* OLIVEIRA e NASCIMENTO, 2017), de 1997 a 2006, realizou o levantamento em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e concluiu que, de 1883 artigos nas quinze revistas da área da Psicologia, 0,87% focavam na temática do negro. Ambos os estudos ratificam que até 2006 persistia o mito da desracialização e da miscigenação nas práticas psicológicas.

Lourenço Cardoso, em sua dissertação “O Branco Invisível”, de 2008, afirma que de 1957 a 2002 ocorre uma ausência do termo branquitude e posteriormente uma emergência. Destaca que encontrou apenas dois levantamentos bibliográficos no Brasil anteriores ao seu trabalho: os livros *Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil*, organizado por Kabengele Munanga, 2002, e *Teses e dissertações sobre desigualdades educacionais e ação afirmativa* (2006), de autoria de André Brandão (CARDOSO, 2008). Cardoso realizou seu estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais, no Brasil, em 2008.

No Brasil, as compilações de textos de destaque sobre a racialização do branco foram: a) Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e o branqueamento no Brasil, sob a organização de Iray Carone e Maria Aparecida da Silva Bento, em 2002; b) Branquidade: identidade branca e multiculturalismo, organizado por Vron Ware, traduzido em 2004; e c) Dossiê Branquitude, da revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), organizado por Lourenço Cardoso e Lia Vainer Schucman em 2014, que em 2018 foi atualizado e se transformou no livro Branquitude, dos organizadores Tânia Mara Pedroso Muller e Lourenço Cardoso.

Os termos branquidade/branquitude aparecem nas pesquisas de pós-graduações brasileiras a partir dos anos 2000 e, com mais frequência, a partir de 2014. Podemos pensar na seguinte hipótese: as leis necessitam de décadas para serem assimiladas socialmente e promoverem a mudança cultural pretendida. Portanto, gerações educadas em uma nova concepção de mundo requerem tempo para se formar, produzir trabalhos acadêmicos e novas formas de entender as relações étnico-raciais.

O conceito de branquitude no Brasil é contemporâneo das leis de políticas públicas sociorraciais 2002/2003, respectivamente, começando com a protagonismo negro de Maria Aparecida Silva Bento (2002) e Lourenço Cardoso (2008). Em 2012, surge Lia Schucman, psicóloga branca, que rompe com o silenciamento de brancos e inicia o caminho para que outras psicólogas brancas exponham os seus privilégios e assumam sua responsabilidade na desconstrução do racismo, visto não ser um lugar de conforto, mas sim de desconforto necessário e permanente.

De 2000 a 2002 é relevante destacar quatro estudos importantes no período, devido ao pioneirismo e influência na área de relações étnico-raciais. Embora estejam fora do nosso recorte de pesquisa, estes estudos contemporâneos foram pioneiros para a construção da racialização do branco brasileiro. A psicóloga Edith Piza, com a publicação dos artigos “Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu”, em 2000 (PIZA, 2000) e “Porta de Vidro: entrada para branquitude”, em 2002 (PIZA, 2002), foi quem traduziu o conceito no país e realizou os primeiros seminários sobre o conceito da invisibilidade e privilégio branco. A psicóloga Maria Aparecida Silva Bento, com “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” (2002), uma pesquisa sobre negros nas empresas e poder público paulistas; e a cientista social

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Elizabeth Larkin Nascimento, “O sortilégio da cor: Identidade afrodescendente no Brasil” (2000), ambas teses de doutorado na Psicologia da USP. O trabalho de Elisa Larkin rememora o autor Abdias do Nascimento, seu marido, que na década de 1940 fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN), um dos grandes marcos da ascensão dos negros brasileiros, e que foi um projeto muito além de uma experiência negra teatral.

Portanto, podemos concluir que desde 1945, com Virgínia Bicudo, que foi vice-presidente do primeiro Conselho Federal de Psicologia de 1973 a 1976, há estudos no campo das relações étnico-raciais em Psicologia no Brasil. Contudo, tal conhecimento não se refletiu na formação das profissionais de psicologia. Virgínia Bicudo, Neusa Santos e Cida Bento permanecem invisibilizadas no campo acadêmico.

Para entender melhor a relação da psicologia brasileira com a sociedade, considero importante destacar o surgimento da psicologia no Brasil. Os primeiros cursos de Psicologia no Brasil surgiram na década de 1950 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo (USP). Durante a década de 1970, em plena Ditadura Militar, houve a expansão dos cursos de psicologia no país: de 895 psicólogos inscritos, em 1974, ano de criação do Conselho Federal de Psicologia, passou-se para mais de 4 mil psicólogos inscritos em 1975 e no ano seguinte chegou a 6.890 (JACÓ-VILLELA e MELLO, 2018). Contudo, a formação acadêmica do curso de psicologia era voltada para uma classe média branca e as práticas eram reprimidas, principalmente as grupais. Portanto, é importante destacar que o curso e a prática psicológicas emergem no Brasil em período de barbárie, repressão, tortura, medo, suspensão do censo demográfico populacional, de muita censura nas universidades e de severa repressão da militância política, onde muitos estudantes e psicólogas são presas, torturadas e mortas (COIMBRA, 1995). Mas também de muita luta política e resistência, principalmente entre jovens acadêmicos.

Em resumo, destacamos as contribuições pioneiras de: Virgínia Bicudo, psicanalista, em 1945; Neusa Souza Santos, também psicanalista, na década de 80; e Isildinha Baptista, Iray Carone, Edith Piza e Maria Aparecida Bento nos anos 1990. Essas mulheres, em sua maioria negras, pioneiras dos estudos da branquitude no campo da psicologia e relações étnico-raciais, não deixam dúvidas quanto à existência de bibliografia sobre o tema. Portanto, não há justificativa para a ausência das relações

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira –
Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

raciais até hoje nos currículos acadêmicos e estudos de pós-graduação, além da proposital invisibilização dessas autoras, devido ao racismo e ao epistemicídio. As seis autoras, de fundamental importância no campo da Psicologia dos estudos das relações étnico-raciais, deveriam ser referências nos currículos acadêmicos nacionais.

Quanto ao envolvimento dos conselhos de psicologia, cumpre destacar que, desde 2005, o Conselho Regional de Psicologia (CRP) do estado da Bahia organiza o guia de referência “Psicologia e relações raciais”, atualizado até 2017. Em 2017, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) organizou a publicação *Relações Raciais – referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)*. Os conselhos vêm se mostrando como fundamentais para impulsionar o debate étnico-racial e inserir a pauta do combate ao racismo de forma definitiva nas práticas psicológicas. Contudo, há um hiato de décadas de omissão sobre o tema das relações raciais, abordadas no campo psi desde a década de 1945, conforme assinalado acima. Consideramos tardia a adesão dos conselhos de psicologia ao debate, reflexão e intervenção junto ao tema das relações étnico-raciais.

Psicólogas são profissionais que atuam em diversas frentes de trabalho públicas e privadas: saúde, educação, recursos humanos etc. O avanço na pauta das relações étnico-raciais só é possível caso haja a contribuição de toda a sociedade para o tema. Precisamos destacar as contribuições pioneiras principalmente de psicólogas negras sobre a temática das relações étnico-raciais, invisibilizadas nos cursos de Psicologia, e o quanto tal lacuna influenciou na negação do racismo nas práticas psicológicas.

Tal lacuna na formação acadêmica entrega à sociedade e ao mercado de trabalho profissionais extremamente desqualificadas para lidar com a questão racial, tão crucial para a formação da subjetividade de brasileiros. De acordo com Bento e Carone (2007), o racismo deixa profundas marcas na autoestima das pessoas negras. Ele dificulta as trajetórias negras por invisibilizar as características da raça, seja na mídia, nas profissões de destaque, nos modelos de beleza e sucesso etc. Crianças, no seu processo de socialização, são estigmatizadas por estereótipos de escravização nos livros didáticos (MULLER, 2018), são tratadas por apelidos pejorativos durante o período escolar e nos espaços sociais. A possibilidade de se tornarem adultos com baixa autoestima, estigmatizados, é alta, bem como o abandono escolar, além de outros reflexos de exclusão social que perduram na idade adulta.

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira –
Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA SOBRE BRANQUITUDE

A pesquisa a qual realizamos e será exposta se deu em duas etapas: a primeira foi o levantamento das dissertações de mestrado e de teses de doutorado sobre branquitude brasileira em psicologia, defendidas de 2003 a 2018³; a segunda foi a análise da produção científica encontrada.

Para o levantamento da produção científica sobre branquitude, inicialmente foram realizadas buscas através das seguintes palavras-chave: *whiteness*, brancura/branco, branquitude e branquidade, junto às plataformas digitais Sucupira, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal Domínio Público e Google Acadêmico.

Foram localizadas seis dissertações de mestrado e duas teses de doutorado em psicologia, defendidas de 2003 a 2018 sobre a temática. As pesquisas foram organizadas pelos nomes e gênero dos(as) autores(as), título, tipo de produção científica, ano e nome da instituição de ensino superior (IES), que foram expostos cronologicamente, de forma crescente como pode ser observado abaixo:

Quadro 1 - Distribuição das seis pesquisas sobre branquitude/branquidade e Psicologia segundo as palavras-chave

Autor	Gênero	Título da Obra	Tipo de Produção Científica e Área	Ano da Defesa	IES
Lucio Otavio	Masculino	Expressões de vivência da dimensão racial	Dissertação de Mestrado em Psicologia	2007	Universidade Federal da Bahia

³ A definição de tal recorte temporal para a pesquisa foi o desejo de ambas autoras em refletir como a psicologia tem contribuído para o combate ao racismo na sociedade brasileira e os marcos legais: a Lei 10.639/2003 inaugurou uma época de políticas afirmativas sociorraciais que iniciaram as mudanças estruturais que promoveram oportunidades e inclusão às populações negras e indígenas, a lei de obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígenas, a de n.º 11.645/2008, Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.288/2010; a Lei de cotas nas universidades, 12.711/2012 e a Lei de cotas nos concursos públicos da União, 12.990/2014, nortearam significativamente o mesmo.

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Alves Oliveira		de pessoas brancas: representações de branquitude em indivíduos brancos			
Lia Vainer Schucman	Feminino	Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana	Tese de Doutorado em Psicologia Social	2012	Universidade de São Paulo
Gabriela Balaguer	Feminino	Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros	Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	2017	Universidade de São Paulo
Luciana Maciel Henriques	Feminino	Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social	Dissertação de Mestrado em Psicologia Social	2018	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Monica Salci Capelasso	Feminino	A branquitude e o racismo brasileiro: uma	Dissertação de Mestrado em Psicologia	2018	Universidade Estadual de Maringá

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

		análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo			
Georgia Marcinik	Feminino	Branquitude nos movimentos feministas: Uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas	Dissertação de Mestrado em Psicologia Social	2018	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Fonte: Organizado pelas autoras.

Considerando as datas de defesa, observamos que o tema aparece pela primeira vez em 2007; cinco anos após, em 2012, surge o segundo trabalho; após mais cinco anos é realizada a terceira pesquisa, em 2017; e em 2018 foram três pesquisas.

Desses seis trabalhos, cinco são de mulheres autodeclaradas brancas (BALAGUER, 2017; CAPELASSO, 2018; HENRIQUES, 2018; MARCINIK, 2018; SCHUCMAN; 2012) e um de homem autodeclarado negro (OLIVEIRA, 2007), o pioneiro no referido período. Oliveira (2007) afirma a psicologia como, predominantemente, uma área feminina e branca. De acordo com o Censo de Educação Superior, de 2017, o curso de psicologia está em sexto lugar, dos 50 cursos mais frequentes, em número de mulheres e, em segundo lugar no número de não negros,

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

correspondendo a mais de 75% de mulheres e aproximadamente 60% de brancos. Portanto, as marcas de raça e gênero constituem fatores importantes nas análises dos cursos de psicologia no Brasil.

Quanto à distribuição regional, os trabalhos se concentram entre as regiões Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo), Sul (Paraná) e Nordeste (Bahia). As regiões Sudeste e Sul são as pioneiras na concentração de cursos universitários no país e possuem as unidades da federação com a maior concentração de brancos, fator que pode favorecer o surgimento de conflitos raciais e, portanto, o seu desvelamento.

Todas as pesquisas foram realizadas em universidades públicas: duas no Rio de Janeiro, na mesma instituição, UERJ (HENRIQUES, 2018 e MARCINIK, 2018); duas em São Paulo, também na mesma instituição, USP (BALAGUER, 2017 e SCHUCMAN, 2012); uma na Bahia, na UFBA (OLIVEIRA, 2007); e uma no Paraná, da UEM (CAPELASSO, 2018). Todas trabalham com o conceito de branquitude, consolidado pelo movimento negro e pela professora Cida Bento (BALAGUER, 2017; CAPELASSO, 2018; HENRIQUES, 2018; MARCINIK, 2018; OLIVEIRA, 2007; SCHUCMAN, 2012).

A produção acadêmica psicológica, como produtora de subjetividades, problematiza uma das maiores questões de formação da sociedade brasileira, que são as relações étnico-raciais. Um dos objetivos da pós-graduação é aprimorar a atuação profissional e provocar novas reflexões sobre o cotidiano e o campo social. A psicologia, como reprodutora do racismo, por meio do entendimento do ser humano como um modelo universal na maioria de suas linhas teóricas, até mesmo por serem teorias importadas (Psicanálise, Teoria Cognitivo Comportamental, Gestalt, Junguiana etc.), branco, euroamericano, ocidental, classe média, cis e hétero, possui a capacidade de se repensar a partir da pluralidade de teorias não hegemônicas. As práticas psicológicas antirracistas permitem novos olhares sobre as subjetividades, valorizando as diferenças e reconhecendo as desigualdades, principalmente raciais, na defesa de uma sociedade com equidade e democracia. Atualmente vemos surgir as psicologias pretas e indígenas, sob metodologias fundamentalmente pautadas em experiências brasileiras.

A contribuição da psicologia é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira e para o estabelecimento do processo

democrático, tanto no campo da prevenção, quanto no combate às práticas racistas do cotidiano profissional.

ANÁLISE QUALITATIVA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE PSICOLOGIA

Primeiramente, foi realizada uma breve leitura das obras como um todo, visando compreender seus objetivos, objetos de estudo, o percurso de cada pesquisa, as metodologias, as justificativas, as referências bibliográficas e as conclusões. Posteriormente, destacamos semelhanças e diferenças entre as abordagens com o objetivo de demonstrar se os temas se assemelham ou destoam na Psicologia. A análise dos trabalhos é apresentada em ordem cronológica, considerando a data de defesa da obra, devido a importância de se pensar a trajetória histórica e a intersecção entre gênero e raça. A trajetória histórica revela não só quem iniciou o debate após a intensificação das políticas públicas sociorraciais a partir de 2003, bem como quais os trabalhos foram mais citados pelos subsequentes.

ANÁLISE DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO “EXPRESSÕES DE VIVÊNCIA DA DIMENSÃO RACIAL DE PESSOAS BRANCAS -REPRESENTAÇÕES DE BRANQUITUDE ENTRE INDIVÍDUOS”

A dissertação em psicologia *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos*, de Lucio Otavio Alves Oliveira, foi realizada na área de Pós-Graduação em Psicologia do Programa do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do professor Antônio Marcos Chaves, em 2007. Um homem negro, psicólogo, inaugura o tema da branquitude nos estudos pós-implantação das políticas públicas em relações étnico-raciais.

No resumo o autor afirma que pretende falar sobre a negação do racismo no Brasil e a produção psicológica escassa sobre o tema. Considera a negação da discriminação

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

racial como a principal característica do racismo brasileiro, visto que a multirracialidade propicia diferentes experiências raciais.

O autor explica que o conceito de racismo individual parecia eximir algumas pessoas brancas de tal prática como a injúria racial, ou seja, um crime que ofende apenas uma pessoa negra, mas não o seu grupo. Oliveira (2007) cita a pesquisa que constatou que 98% dos brasileiros afirmam existir racismo, mas nenhum aceita que pratica. Na família, essa estatística é explicada pela “proteção histórica”, ou seja, tais familiares fazem parte de um outro tempo, outro mundo, outro contexto, embora a distância histórica não proteja nenhum branco de reproduzir o racismo, visto sua estrutura social amplamente ramificada. Portanto, a conclusão das entrevistas é de que o racismo existe, mas as pessoas brancas não tomam ciência nem da sua racialização nem de seus privilégios, mas acreditam que o combate à discriminação e ao preconceito racial seja uma função exclusiva dos movimentos negros. Portanto, o racismo existe na sociedade, mas na própria família ocorre nos mais velhos, ou seja, há uma amenização pelo tempo, como um passado “mais racista” e um presente “menos racista”. Quanto ao processo de cotas raciais na UFBA há o receio de se perder o próprio privilégio com as cotas sociorraciais, ou da UFBA ser transformada em uma UNEB, de maioria negra.

Assim sendo, o fato de o governo brasileiro assumir o país como racista na década de 1990, a implementação das políticas públicas a partir dos anos 2000 denota a mudança do âmbito individual/familiar ao qual o autor pretende apontar, para o âmbito da estrutura social a ser combatida por meio de políticas públicas reparatórias.

Da posição individual para a posição familiar passou-se para o questionamento das políticas públicas. Portanto, de não ser racista, para ser antirracista, visando combater efetivamente o racismo do próximo, amigo ou familiar. A cobrança da postura diante do racismo foi ampliada.

O trabalho com pesquisa denota as falhas do sistema educacional de um racismo individual invisibilizado no âmbito privado pessoal e familiar para um racismo institucional acadêmico.

O destaque foi o fato de o pesquisador oferecer uma disciplina optativa para os graduandos com ementa baseada em seu projeto de mestrado: psicologia e estudos sobre racismo, com vinte e três inscritos, sendo que vinte cursaram a disciplina completa. Essa

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira –
Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

iniciativa, de acordo com o autor, marcou a primeira vez que a Psicologia da UFBA teve uma disciplina onde o tema racial era específico.

O autor descreve que a turma apresentou uma composição diversificada: início e fim da graduação, com maioria de raça branca e de alunos do curso de psicologia da UFBA. A maioria relatou ter tido na disciplina o primeiro contato com o tema, sendo que os poucos tiveram contato anterior externo à faculdade. A maioria também nunca tinha ouvido falar nos estudos críticos sobre a branquitude. Um dos principais livros foi *Psicologia Social do Racismo*, uma coletânea de textos e pesquisas organizada por Maria Aparecida Bento e Iray Carone (2007), um clássico sobre relações étnico-raciais da Psicologia. A metodologia constou de filme e participação de grupo de estudos de Psicologia e racismo da faculdade, além de debate sobre a implantação das cotas sociorraciais na UFBA. A avaliação foi um seminário e um ensaio.

Os autores mais utilizados pelo pesquisador foram os clássicos das relações étnico-raciais: Guerreiro Ramos, Edith Piza, Iray Carone, Maria Aparecida Bento, Muniz Sodré, Liv Sovik, Vron Ware, Kabengele Munanga, Elisa Larkin, Ruth Frankenberg, para tratar dos estudos críticos da branquitude. Também foram utilizados muitos autores de língua inglesa e Serge Moscovici, para falar da teoria psicossocial das representações sociais, a abordagem teórico-metodológica utilizada pelo autor para a análise do conteúdo das entrevistas.

O autor foi o primeiro pesquisador sobre branquitude e psicologia após o início das políticas afirmativas sociorraciais brasileiras. Sendo a Bahia o estado autodeclarado mais negro do Brasil, e a universidade federal tenha implantado a política de cotas um ano antes da pesquisa, a realidade da percepção da branquitude não causou grande impacto de início. Interessante seria realizar uma pesquisa na mesma universidade nos dias atuais e compará-la à de Oliveira (2007).

O fato de os entrevistados estranharem um psicólogo, mestrando e negro também revela a imagem estereotipada do profissional de psicologia que vigora no imaginário social, imagem que corresponde ainda hoje às realidades acadêmicas, já que o próprio autor sinaliza como a psicologia baiana seria branca, principalmente na UFBA, considerada mais elitizada que a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Outra questão relevante que o autor trabalha é a tese da construção de uma personalidade branca, se aproximando da psicanalista Mônica Capelasso. Embora a psicanálise não tenha sido o seu referencial teórico, o psicólogo social francês Serge Moscovici escreveu sobre as representações sociais da psicanálise, onde a perspectiva do indivíduo prevalece.

Não achar nenhuma diferença entre entrevistados de um curso eminentemente branco com outro eminentemente negro também é um indicador de que não adianta apenas convivermos com negros ou termos familiares negros, mas precisamos nos familiarizar com a temática e a teoria e nos implicar como sujeitos no desmonte do mito da democracia racial.

Alguns dados são extremamente preocupantes, como o fato do contato com a temática racial, em um curso de psicologia, apenas ocorrer por provocação do próprio pesquisador que se interessou em ministrar uma disciplina em 2006.

O fato de haver uma escassa produção do tema na Psicologia brasileira revela que a questão tem, na maioria das vezes, escapado ao olhar e aos cuidados dos profissionais de Psicologia. Estes profissionais são produtos de uma sociedade na qual há uma grande dificuldade em abordar o tema das relações raciais para discuti-lo. Acredita-se em uma sociedade desracializada, tendo as tensões e desigualdades raciais existido em tempos passados e se resolvido pela miscigenação (OLIVEIRA, 2007, p. 19).

Donde o autor conclui existir um impedimento de acesso epistemológico ao tema das relações raciais.

Constitui uma marca da violência colocar no outro a responsabilidade pelo seu próprio sofrimento, sendo assim, podemos inferir que o racismo como estruturante da sociedade brasileira, como sociedade com o maior número de negros fora do continente africano e, fundamentalmente, da sociedade baiana como o estado mais autodeclarado negro do Brasil, ainda assim delegue aos negros a responsabilidade exclusiva de protagonizar o discurso antirracista. Mais relevante é a informação de um curso de psicologia de uma universidade pública que não está atento ao contexto sociopolítico no qual se insere, o qual não é privilégio da psicologia baiana, contudo é lá onde o racismo se faz mais presente: onde há mais negros, a psicologia continua mais branca.

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira –
Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Oliveira (2007), como muitos protagonistas da construção racial no Brasil, especificamente na questão da branquitude, convoca os brancos a se implicarem na questão étnico-racial do seu lugar de fala, como pessoas brancas. Para além de assumir o lugar de privilégio, dispor de instrumentos reflexivos que os tornem combatentes antirracistas e não meros expectadores da violência racial.

A pergunta norteadora do autor é: onde estão as etnicidades brancas? Oliveira ressalta a importância dos brancos se implicarem no combate ao racismo dentro das próprias casas, espaços de estudo, trabalho, lazer e na sociedade em geral, deixando a omissão e passividade, adotando o protagonismo da implicação pessoal e social, onde não cabe mais justificar a ignorância racial pela alienação teórica. Não multiplicar o que é aceito e naturalizado sem questionar, mas estudar um tema tão caro à sociedade brasileira quanto a identidade nacional e a formação de jovens graduandos no que tange às etnicidades e relações raciais.

ANÁLISE DA TESE DE DOUTORADO “ENTRE O ‘ENCARDIDO, O ‘BRANCO’ E O ‘BRANQUÍSSIMO’ – RAÇA, HIERARQUIA E PODER NA CONSTRUÇÃO DA BRANQUITUDE PAULISTANA

A tese em psicologia *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, de Lia Vainer Schucman, foi apresentada na área de Psicologia Social na Universidade de São Paulo sob a orientação da professora Leny Sato, em 2012. A pesquisadora foi a primeira mulher branca a propor o tema em uma tese após o início da implementação das políticas públicas de ações afirmativas sociorraciais e é uma das mais citadas e convidadas para bancas sobre branquitude no Brasil.

No resumo da tese a autora se propõe a compreender e analisar como a ideia de raça e os significados acerca da branquitude foram apropriados e construídos por sujeitos brancos na cidade de São Paulo. Utiliza o conceito de branquitude como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira –
Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos.

Schucman, como a primeira mulher branca, psicóloga pioneira na temática no Brasil, continua sendo um dos nomes mais citados sobre branquitude em todas as áreas e especificamente na psicologia, inclusive pelos demais trabalhos posteriores aqui elencados. Ela é uma referência na atualidade como branca, correspondendo ao destaque de Cida Bento como pioneira e psicóloga negra.

A pesquisadora propõe uma fissura entre a brancura do corpo e o poder identitário da branquitude: pensar a estética como arte da vida, produção e transformação da existência e possibilidade de se ligar ao outro. As fissuras ocorrem pelas relações com significados construídos por sujeitos negros e suas organizações.

Portanto, inexistente uma hegemonia branca ou negra. Contudo, entre os diversos tons de branco e de negro, tanto o poder hegemônico branco quanto a negritude, são demarcados por meio das práticas e subjetividades. Os brancos possuem privilégios para todos os seus signos culturais, enquanto repressão e desqualificação são os signos para as culturas negras, só descriminalizados quando apropriados e branqueados como o samba, a capoeira, a comida etc.

Dentre as diversas branquitudes brasileiras, a autora se propôs a pensar a paulistana, ressaltando a heterogeneidade da população branca paulista, mas destacando o fenótipo como marcador dessa desigualdade racial oriunda da ancestralidade.

Sua metodologia também foge à regra apenas das entrevistas, por meio do uso de suas experiências sociais, pela metodologia pós-construcionista, como ocorre com a pesquisadora Georgia Marcinik (2018), a qual teve Lia em sua banca. A metodologia pós-construcionista propõe as observações livres nos espaços sociais e o diário de campo. Contudo ela permanece no âmbito das construções e desconstruções de sujeitos individuais e suas famílias, ou seja, no campo privado. Já Marcinik (2018) liga suas entrevistas individuais ao campo dos feminismos, articulando sujeitos às suas causas, no campo social.

Schucman considera o conceito “pacto narcísico”, de Maria Aparecida Bento, como a proteção entre os brancos para o qual o silenciamento, a invisibilidade e o discurso do liberalismo da negação do racismo causam alívio ao exercício da branquitude. A

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira –
Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

existência do pacto narcísico considera que, tanto no espaço privilegiado do branco o assunto racismo será blindado, quanto a escusa a enxergar o racismo em seu meio de circulação social, familiar, de amigos ou trabalho, forjando e perpetuando vantagens materiais e simbólicas ao longo da vida. Seja com relação aos afetos ou às conquistas materiais ou de ascensão social.

O estudo foi realizado sobre a branquitude paulista. São Paulo é a cidade que comporta o maior centro econômico brasileiro, constituído por vários tipos de imigração, inclusive a imigração interna de nordestinos, e se autodeclara uma cidade branca (68%) (FRANCISCO, s.d.). Portanto, o imaginário da cidade de São Paulo, embora construída por nordestinos, é branco, principalmente no que diz respeito à descaracterização dos bairros negros, como o bairro da Liberdade, que se tornou um bairro japonês. As culturas privilegiadas são aquelas dignas de serem lembradas, como o bairro do Bexiga, italiano, transmitindo ao imaginário social que as culturas dos imigrantes brancos são as que perpetuam memórias.

Ao interseccionalizar os conceitos, principalmente de gênero, raça, classe, origem e regionalidade, a autora aponta os privilégios dos moradores de rua brancos, por exemplo. E a geografia paulistana que, como toda capital, concentra os brancos em localizações privilegiadas.

O fato de um morador de rua branco poder satisfazer as suas necessidades fisiológicas de forma muito mais confortável e satisfatória do que um morador de rua negro é apenas um dos exemplos de o quanto a raça é um fator determinante, ainda que a classe seja importante. Morar e poder circular em um local privilegiado agrega valor e qualidade de vida ao ser humano.

Um dos destaques da tese de Lia Schucman é o fato dela diferenciar as branquitudes nas entrevistas, onde as pessoas apresentam percepções diferentes de si e de suas racializações. A autora destaca que, dos quatorze entrevistados, dois se mostram dispostos a enfrentar as questões étnico-raciais e se comprometeram com a luta antirracista. O número é muito baixo diante da realidade nacional e da época da pesquisa, já nos anos 2012, demonstrando o quanto precisamos avançar em termos de políticas públicas e o quanto não podemos prescindir delas a espera de tomadas de consciências

individuais. Sejam elas em termos de autodeclaração de negritude ou de assumir a branquitude e praticar o antirracismo.

Mais do que realizar o reconhecimento do lugar de privilégio, Schucman (2012), como todos os demais autores, aponta o caminho da alteridade, ou se ver no outro, como a forma de não hierarquizar as diferenças raciais e sim entendê-las como diferenças e não supremacia.

Esse ponto consideramos fundamental, não como empatia ou solidariedade, mas para se ver no lugar do outro é preciso entender-se, como já exposto nesse trabalho, como branco brasileiro e a branquitude à brasileira. Guerreiro Ramos (1954) aponta a branquitude como a patologia social do “branco” brasileiro; Lélia Gonzalez (2020) apresenta o conceito de amefricanidade como a alteridade da branquitude, incorporando a colonização, bem como o conceito de Nego Bispo (LEAL, 2019), pindorâmicos, denominação dos povos originários, anterior à colonização. Essa branquitude à brasileira, crítica, amefricana, pindorâmica, pode prescindir do seu passado colonial para construir um coletivo das diferenças como potências para o bem viver. De acordo com Acosta (2016), o bem viver constitui um conceito dos povos originários, marginalizados e periféricos da América Latina e de territórios emergentes onde a vida de um ser humano encontra harmonia consigo mesmo, com o outro e com a natureza.

Schucman (2012) concorda com Oliveira (2007) quanto à importância de desfazer a lógica da binariedade branco x negro, embora destaque o tripé Gilberto Freyreano: brancos, negros e indígenas, para o imaginário da formação da identidade do povo brasileiro. O tripé freyreano, como diferença de culturas, etnias e formação social brasileira, para além dele propriamente dito, visto que as três nomenclaturas são reducionistas coloniais. São mais de 300 etnias indígenas, o colorismo negro, desde as inúmeras etnias de cada país africano até as diásporas e o colorismo branco, ainda não nomeado, senão na tese de Schucman (2012).

A bibliografia de Schucman é extensa e variada. Utiliza os autores clássicos dos estudos críticos da branquitude no Brasil e no exterior, como Ruth Frankenberg, Vron Ware, Edith Pizza, Maria Aparecida Bento e Iray Carone, Liv Sovik, Lilia Schwarcz, Guerreiro Ramos, Carlos Hasenbalg, W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon, entre outros, e marca as suas influências pessoais em disciplinas como as dos professores Kabengele

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Munanga, Antônio Sergio Alfredo Guimarães e seu co-orientador Howard Winant. Em Psicologia utiliza Lev S. Vygotsky, psicólogo russo da Psicologia cultural-histórica. Na área dos clássicos da filosofia e sociologia utiliza Pierre Bourdieu, Mikhail Bakhtin, Theodor Adorno e Hanna Arendt, além do filósofo francês Michael Foucault, para falar da questão do poder.

ANÁLISE DA TESE DE DOUTORADO “EXERCÍCIOS DA BRANQUITUDE – O ESTRANGEIRO, OS BRASILEIROS E OS ANGOLEIROS”

A tese em psicologia *Exercícios da branquitude: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros*, de Gabriela Balaguer, foi realizada na área de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo, sob a orientação da professora Maria Luisa Sandoval Schmidt, em 2017.

No resumo, a autora afirma que seu trabalho se insere no campo dos estudos críticos da branquitude. Define branquitude como a identidade social que oferece privilégios materiais e simbólicos aos brancos nas sociedades estruturadas na desigualdade racial. Buscou evidenciar as estratégias de sustentação dos privilégios da branquitude na convivência em territórios culturais negros. Considera sua inspiração etnográfica baseada em literatura, história cultural, observações participantes e entrevistas. Buscou apontar como a interação social e cultural dos brancos com os negros em territórios de culturas negras possibilitam invisibilizar a branquitude e a sustentação do privilégio branco, sem provocar necessariamente envolvê-los na luta antirracista. Indica que o primeiro passo para a participação de brancos na luta antirracista em qualquer espaço social e cultural se inicia com a crítica do seu lugar racial. Suas palavras-chave foram: raça, branquitude, racismo e cultura negra.

Podemos destacar a importância do trabalho sob a perspectiva de se pensar a apropriação da cultura negra pela branquitude e a ocupação de espaços e práticas culturais negras sendo protagonizadas e mesmo dominadas por frequentadores majoritariamente brancos. O fato do branco circular livremente tanto pelos espaços brancos quanto pelos espaços negros também é marcante no trabalho. Mais ainda a diferença dos negros não

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

terem nenhuma facilidade de adentrarem os espaços brancos e mesmo não serem aceitos neles.

Há que se destacar o fato de o branco reverenciar e se apropriar da cultura negra, mas não possuir nenhum engajamento nas práticas antirracistas ou sobre as questões étnico-raciais. Como ressalta a autora, combater o racismo é tarefa de todos e racializar o branco é fundamental para o combate ao conceito ficcional de raça. Contudo, a interação social e cultural entre brancos e negros, em territórios de culturas negras, possibilita invisibilizar a branquitude e a sustentação do privilégio branco. A questão que a autora nos coloca é: “como nos colocarmos nesse território ao lado dos negros na luta antirracista, sem com isso recair novamente na soberba da supremacia racial branca, determinando o que, como e quando deve ser a luta dos negros nesses territórios?” (BALAGUER, 2017, p. 155).

Balaguer se colocou como membro do seu campo de estudos, realizou uma devolutiva das entrevistas e apresentou o resultado do seu trabalho para a leitura dos entrevistados. Essa marca na mudança nas práticas de pesquisa e na visão da suposta “neutralidade científica”, tanto quanto na colocação do entrevistado como “objeto de pesquisa”, coaduna com a pesquisa de Georgia Marcinik (2018), que também se inseriu em seu campo de pesquisa.

Realizar uma analogia com o conto do escritor, jornalista, dramaturgo e filósofo franco-argelino Albert Camus (1913-1960), uma obra literária, também inova e traz elementos desse branco, branquíssimo, o estereótipo perfeito do branco, o estrangeiro, que tem a facilidade de adentrar territórios negros, porque lhe é permitido circular em todos os territórios livremente e se apropriar dos seus simbolismos como “amigo”.

A capoeira é um dos elementos de maior importância dentro da cultura negra e o protagonismo negro nos espaços culturais é resistência, ou seja, espaços de cultura negra com maioria branca ou com líderes brancos são apropriações culturais a serem evitadas por meio da educação em relações étnico-raciais em busca da luta pela redução das desigualdades raciais.

Como referências bibliográficas, a pesquisadora utilizou muitos autores específicos de capoeira angola, candomblé e cultura, e o autor-base da literatura Albert Camus, bem como os autores clássicos da branquitude como Frantz Fanon, Ruth

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Frankenberg, Maria Aparecida Bento e Iray Carone, Edith Pizza, Lia Schucman e Liv Sovik, assim como os clássicos da negritude, Lilia Schwarcz, Kabengele Munanga, Abdias Nascimento, Elisa Larkin, Carlos Hasenbalg, Stuart Hall e Antônio Sérgio Guimarães. Para a perspectiva decolonial utilizou Ramón Grosfoguel e Boaventura de Souza Santos, entre outros filósofos, antropólogos e cientistas sociais.

ANÁLISE DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO “A BRANQUITUDE E O RACISMO BRASILEIRO – UMA ANÁLISE PSICOPOLÍTICA SOBRE AS CONTINUIDADES DE DOMINAÇÃO BRANCA APÓS A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO QUE VIOLENTOU O NGRO DO BRASIL CONTEMPORANEO”

A dissertação em psicologia *A Branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violentou o negro do Brasil contemporâneo*, de Mônica Salci Capelasso, psicóloga branca, foi realizada na área de Constituição do Sujeito e Historicidade na Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação da professora Ângela Maria Pires Caniato, em 2018.

No resumo, a autora se propõe a retomar a história do processo de colonização do Brasil por meio de um estudo psicopolítico sobre relações entre portugueses e africanos no país e seus desdobramentos atuais, visto a manutenção do cenário de violência contra o negro após a abolição. Para tal ela utiliza a Psicanálise Freudiana e o conceito de personalidade autoritária e as disposições psíquicas da personalidade do branco que comportam, aderem e reproduzem discursos racistas. As palavras-chave destacadas foram: relações raciais, branquitude, personalidade autoritária, racismo e psicanálise.

É importante comentarmos a escolha pelo uso do termo branquitude, contudo a autora não menciona tal termo e nem o porquê de sua escolha teórica, o que ocorre com a maioria das autoras, bem como utiliza o termo ao longo de todo o texto sem conceituá-lo ou ao seu histórico.

Para a sua construção teórico-metodológica a pesquisadora utiliza, principalmente, os seguintes autores: Carlos Hasenbalg, Marilena Chauí, Lia Schucman, Lilia Schwarcz, Maria Aparecida Bento, Iray Carone, Gilberto Freyre, Laplanche e

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Pontalis e Sigmund Freud. É a autora que mais usa artigos acadêmicos e dados estatísticos, embora não implique a psicologia na ausência do tema nem de relações étnico-raciais, ou mesmo os psicólogos brancos no tema da branquitude.

O trabalho é eminentemente teórico e seu destaque é para o uso da psicanálise como fundamento que sustenta uma explicação para as construções subjetivas do racismo nos indivíduos, embora a influência histórica perpassa toda a pesquisa teórica. A psicanálise é uma das teorias mais usadas em psicologia, embora não constitua um domínio de psicólogos, sendo a base da maioria das linhas de pensamento clínico existentes.

Os autores relativos aos conceitos de racismo e de branquitude são considerados clássicos das referidas teorias no Brasil. Na questão racial do negro no Brasil vai desde Carlos Hasenbalg, pioneiro na mudança na visão racial brasileira na década de 70, até Lilia Schwarcz. No conceito de branquitude começa com as pioneiras Maria Aparecida Bento e Iray Carone, introdutoras do conceito americano no Brasil, no início dos anos 2000, até Lia Schucman, com sua tese de 2012, e da branquitude especificamente na psicologia.

A importância desse estudo é que se trata de uma pesquisa de 2018, em plena ascensão do neoliberalismo com um caráter neofacista e neopentecostal no Brasil e no mundo. A reflexão sobre esse período político-econômico constitui um divisor de águas entre os tensionamentos sobre relações étnico-raciais e as interpretações para a população brasileira. No que tange ao campo da Psicologia, é fundamental pensar as articulações histórico-subjetivas e a influência das subjetivações no campo social.

Capelasso (2018) trabalha com a psicanálise freudiana, uma das principais correntes teóricas hegemônicas da psicologia, e o conceito de personalidade autoritária o qual implica na personalidade do branco que adere e reproduz o discurso racista e trata a indiferença como a forma primitiva do ódio.

A construção histórica que justifica a perpetuação do racismo no Brasil perpassa a relação entre europeus e africanos durante a colonização. A expressão utilizada para a branquitude é a da existência de um acordo tácito entre brancos de não se reconhecerem como parte essencial na permanência das desigualdades raciais do Brasil.

Aponta para um legado inerte da escravidão que constitui os negros por um olhar marginal e a assimetria racial como causa da reprodução do lugar de servidão.

Outra característica do seu trabalho, em termos de política exterior, é ligar o racismo à revolução francesa e internamente demarcar as estratégias pós-abolição que visaram manter os negros em lugares subalternos e os descendentes de europeus com privilégios. Sobre a relação com o capital, Capelasso (2018) afirma que, apesar da escravidão sempre ter existido, a relação não era de acumulação de capital, a mesma relação que o homem branco tem com a terra: transformando pessoas e coisas em mercadorias.

A autora apresenta a democracia moderna como não engajada, individualista, representativa de uma “indiferença polida”, em um processo de socialização que absorve o pensamento hegemônico de um grupo privilegiado, que é importante para pensarmos o ódio que se apresenta, principalmente contra os povos tradicionais, no momento atual, que são grupos oprimidos pela violência de Estado.

A pesquisadora aponta a potencialidade da sociedade brasileira para favorecer traços de personalidade autoritária na população respaldada por ideologias de interesses econômicos dominantes. O fato de internalizar a hostilidade como branqueamento e passividade, demonstra a vulnerabilidade da população branca justificando o combate aos menos favorecidos pelo militarismo e a assimetria racial que beneficia o branco.

Capelasso (2018) acredita que a resistência se encontra no resgate histórico das desigualdades constitutivas formadoras da nação brasileira como o caminho para a igualdade racial.

Capelasso (2018) constitui o único trabalho da região Sul, do estado do Paraná, um dos estados com maiores questões étnico-raciais, visto que a região Sul, pelo seu clima, concentrou as maiores colônias de imigrantes europeus do Brasil.

Contudo, a autora não localiza o recorte da branquitude paranaense, como fizeram Lia Vainer (2012) e Lúcio Oliveira (2007), que respectivamente trataram da branquitude paulistana e baiana acadêmica. Oliveira (2007) se aproxima mais da questão para a psicologia, por ter entrevistado estudantes do curso e ter ministrado uma disciplina. Capelasso (2018) aborda a branquitude brasileira de uma forma geral.

O trabalho de Capelasso (2018) se detém ao período colonial e pós-abolição, justificando historicamente o racismo atual da sociedade brasileira, como ela mesma propõe, apostando em um resgate histórico.

ANÁLISE DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO “BRANQUITUDE NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS – UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E RACIALIZAÇÃO DE MULHERES BRANCAS”

A dissertação em psicologia *Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas*, de Georgia Grube Marcinik, foi realizada na área de Psicologia Social, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro sob a orientação da professora Amana Rocha Mattos, em 2018.

No resumo, a autora se propõe a investigar e analisar a branquitude nos movimentos feministas através da intersecção gênero e raça, os processos de racialização e subjetivação da pessoa branca e a localização das pessoas brancas nas lutas antirracistas nos feminismos e as lógicas hegemônicas raciais intragênero nestes contextos.

Ela relata que a abordagem interseccional e decolonial partiu de produções e epistemologias dos feminismos não hegemônicos e estudos críticos da branquitude, aproximando-se das mulheres negras.

A sua pesquisa de campo ocorreu por meio da observação participante nos diversos eventos e espaços feministas de lutas antissexistas e de cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres identificadas como brancas e feministas, dispostas a dialogar sobre sua condição racial e privilégios. Para tal, buscou delimitar três eixos norteadores para análise dos dados: movimentos feministas; processos de subjetivação e racialização de feministas brancas; e branquitude nos movimentos feministas. Refletiu sobre as dificuldades de aproximação entre feminismo hegemônico e não hegemônico e o desconforto racial. Desejou entender como se dão os processos de subjetivação e racialização das feministas brancas e como o conceito de branquitude ajuda a pensar lógicas hegemônicas.

A pesquisadora dividiu o trabalho em três capítulos além da introdução e das considerações finais: Branquitude: um problema dos/nos movimentos feministas?

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Perspectivas feministas periféricas sobre as relações raciais intragênero; Branquitude: um conceito transversal nos feminismos - reflexões e inquietação sobre os estudos críticos da branquitude; e Percursos metodológicos de uma pesquisa ativista: analisando a branquitude nos movimentos feministas.

Sobre as referências bibliográficas é importante destacar que a autora teve como marca fundante de sua pesquisa sobre branquitude e feminismos a leitura e interpretação de autoras mulheres, principalmente as brasileiras, estadunidenses e as autoras latinas e caribenhas, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Ângela Davis, Kimberle Crenshaw, Bell Hooks, Maria Lugones, Chandra Mohanty, Ochy Curiel, Yuderkis Espinosa-Minoso, Gloria Anzaldúa etc. Além das clássicas autoras do tema branquitude como Vron Ware, Lia Schucman, Liv Sovik, Maria Aparecida Bento, Iray Carone e Ruth Frankenberg, A marca diferencial do seu trabalho foi o destaque para as autoras latinas.

Na bibliografia ela cita influências pessoais de aulas que frequentou das professoras Giovana Xavier, Fátima Lima, bem como a sua própria orientadora Amana Mattos. A aposta é em feminismos não hegemônicos, principalmente negros, interseccionais, periféricos e decoloniais, como marcas de epistemologias oprimidas e invisibilizadas. Sua marca é trabalhar com o termo mulheres racializadas, apontando que nem todas o são. Pontua que o simples fato de as feministas brancas aprenderem sobre o conceito na teoria, já demonstra um privilégio que as racializadas não possuem, de estarem à margem e terem que aprender com suas próprias vivências. Propõe a compreensão das opressões de gênero e raça como interseccionais e não paralelas na perspectiva intragrupo.

A marca do seu trabalho como ativista trouxe a questão interseccional e o feminismo para a sua prática acadêmica, não só observando grupos feministas, como entrevistando feministas, sendo entrevistada em uma implicação intrínseca ao próprio trabalho genuína e pouco convencional para uma pesquisa acadêmica, bem como escolhendo trabalhar apenas com autoras mulheres e se comprometendo com uma escrita feminista.

Uma das questões que a autora coloca para as pessoas brancas é de como horizontalizar privilégios materiais e simbólicos e desconstruir relações hierarquizadas

de poder. Uma das estratégias que a autora apresenta para uma prática antirracista é saber ouvir pessoas negras e dialogar com pessoas brancas.

O ponto comum com os demais pesquisadores é de que se faz necessário racializar pessoas brancas. O ponto específico do trabalho dos feminismos seria desconstruir o modelo dominante de mulher cis, hetero, branca, do feminismo hegemônico importado da Europa reproduzido na estrutura de relações de poder intragênero. Isto é, romper com a perspectiva universalizante das mulheres e seus estereótipos abrindo caminho para as múltiplas identidades para se realizar políticas grupais, por meio da descolonização do poder-saber como tarefa prática.

Marcinik (2018) foi a única autora a só usar mulheres em sua bibliografia, o que representa um diferencial no trabalho feminista, ainda mais sendo mulheres negras, latinas e caribenhas. Outro diferencial marcante foi ela própria fazer parte da pesquisa como entrevistada, demonstrando cada vez mais as mudanças nos trabalhos acadêmicos e as alterações do modelo positivista entre sujeito e objeto de pesquisa, como já mencionado.

ANÁLISE DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO “ANÁLISE CRÍTICA DA BRANQUITUDE A PARTIR DA INTERLOCUÇÃO COM A PSICOLOGIASOCIAL”

A dissertação em psicologia *Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social*, de Luciana Maciel Henriques, foi realizada na área de Psicologia Social, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora Amana Rocha Mattos, em 2018.

No resumo a autora se propõe a pesquisar acerca das relações raciais junto à atuação do psicólogo social no combate ao racismo a partir do dispositivo branquitude, sendo branquitude uma hegemonia branca que potencializa e reproduz o racismo no Brasil do século XXI. Ela pretendeu realizar uma análise crítica por meio da revisão histórica das relações raciais no Brasil, como construção social de hierarquia de raças, criada pelos europeus a partir do colonialismo. Discorreu sobre os conceitos de raça, racismo, relações raciais, os estudos críticos da branquitude e as interlocuções com a

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Psicologia Social, por meio de uma postura ativa nos estudos e participativa nas lutas contra as desigualdades sociais do Brasil, visando à desconstrução da hegemonia branca na sociedade brasileira. Henriques (2018) utilizou as seguintes palavras-chave: Branquitude, Raça, Racismo, Relações raciais e Psicologia Social.

Os autores para fundamentar o conceito de branquitude foram os clássicos Vron Ware, Ruth Frankenberg, Liv Sovik, Edith Piza, Isildinha Nogueira, Lourenço Cardoso, Iray Carone, Maria Aparecida Bento. Cita dois trabalhos que também elencamos: o de Lúcio Oliveira (2007), da Bahia e o de Lia Schucman (2012), de São Paulo. Sendo Lia colocada como uma de suas maiores referências.

Sobre negritude, a pesquisadora abordou os clássicos Oracy Nogueira, Neuza Santos, Guerreiro Ramos, Kabengele Munanga, Octavio Ianni, Frantz Fanon, Florestan Fernandes, Petrônio Domingues. Para a bibliografia específica o destaque foi para o clássico da Psicologia Social Maria Helena Souza Patto e para Antônio Gramsci.

A pesquisa buscou entender historicamente tanto a questão das desigualdades sociorraciais brasileiras, quanto o papel da psicologia para combater o racismo estrutural: “por que entender sobre branquitude é importante para a Psicologia atualmente?” (Henriques, 2018, p. 58). A pesquisadora reforça a construção do modo de subjetivação hegemônico: “[...] o modo de subjetivação que um sujeito constrói através de uma estrutura hegemônica, é um modo de subjetivação bastante sólido e naturalizado, pois são aprendizados culturais, de longa data, e sua desconstrução demanda também um longo prazo” (2018, p. 59).

A autora ressalta a dificuldade, principalmente de psicólogas brancas, de se posicionarem em relação às questões étnico-raciais e os sofrimentos causados à população pela ignorância desses profissionais.

Henriques analisa ainda a história da psicologia, de início, como promotora de uma “adaptação social”, da visão do homem como universalista em termos raciais, da oposição branco sujeito e negro objeto e o descolamento posterior desse campo por meio da atuação junto às comunidades e aos povos latino-americanos, ampliando a possibilidade de atuação mais democrática.

A pesquisadora frisa ainda a deficiência na formação acadêmica profissional de psicólogas, visto que o racismo causa inúmeros sofrimentos psíquicos. Destaca a

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

desresponsabilização, principalmente das psicólogas brancas, quanto à implicação étnico-racial, visto a produção acadêmica ainda escassa nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período selecionado para a realização do levantamento apresentado que foi de 2003 a 2018, a escolha desse recorte temporal foi realizada em virtude do desejo de compreender como as políticas públicas de ações afirmativas sociorraciais influenciaram na propagação do estudo e do conceito de branquitude na psicologia, como as psicólogas brasileiras trabalharam a racialização do branco brasileiro em suas pesquisas acadêmicas, bem como a construção do conceito de branquitude à brasileira como correlato do racismo estrutural no Brasil. E também, como esse conceito foi assimilado, entendido e reproduzido no Brasil e qual o papel e a contribuição política da psicologia na construção racial do país, no combate às desigualdades raciais e na luta antirracista.

As pós-graduações brasileiras tiveram início no Brasil na década de 1960, expandindo mestrados e doutorados em plena Ditadura Militar. Inicialmente o público era branco das classes médias e elites, com um ensino sob um modelo importado anglo-eurocentrado.

No período de 2003 a 2014, em regime democrático, ocorreu a ampliação dos *campi* universitários públicos, buscando promover o maior acesso das classes populares e subalternizadas às universidades, por meio de inúmeras políticas públicas de ações afirmativas sociorraciais. A representatividade populacional da diversidade brasileira visa proporcionar uma pluralidade de temas e epistemologias buscando a pluriversidade ou a representatividade mais ampla das populações formadoras da sociedade brasileira.

A psicologia surge e se expande nesse contexto de Ditadura Militar, pautada em teorias norte-americanas e europeias. O conceito de branquitude surge na década de 1990, nos EUA, com Ruth Frankenberg. A introdução do tema no Brasil ocorreu pré-políticas públicas afirmativas étnico-raciais, pela pesquisadora Edith Piza, em 2000, por meio de seus seminários e publicações.

O tema das relações raciais, mesmo sob a especificidade do conceito de branquitude, contou com o protagonismo dos pesquisadores negros. A primeira

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

publicação de referência na área surge em 2002, *Psicologia Social do Racismo*, coletânea de textos e pesquisa organizada por Iray Carone e Maria Aparecida Bento, da USP, referência até hoje.

Constatamos que até 2018 os estudos sobre psicologia e branquitude ainda são escassos. No geral, a quantidade de trabalhos com o termo branquitude do branco brasileiro vem crescendo a partir da última década, mais especificamente da tese de Lia Vainer Schucman, em 2012. Contudo, a formação de psicólogas ainda não abrange o tema de relações étnico-raciais, embora mais da metade da população brasileira se declare negra e o racismo seja um problema estrutural.

De 2012 a 2017, após mais de cinco anos de ausência, surge a tese de Gabriela Balaguer, também na USP. As três pesquisas finais foram realizadas em 2018 por Monica Capelasso, da UEM, Georgia Marcinik e Luciana Henriques, ambas na UERJ. Cinco mulheres, psicólogas brancas que convidam psicólogas a pensar sobre um tema fundamental para a construção da cidadania brasileira e trazem a perspectiva de que cada vez mais psicólogas brancas possam refletir sobre os estudos críticos da branquitude e a importância das pessoas brancas no combate ao racismo e à ideologia dominante da branquitude.

Importante destacar a ausência de psicólogos homens brancos sobre o tema da branquitude. A representatividade e o engajamento de homens brancos que trabalhem com a construção das subjetividades, nas lutas e cotidianos antirracistas são fundamentais, embora homens na psicologia representem apenas 11% dos profissionais da categoria.

A contribuição da psicologia quanto à branquitude à brasileira representa uma das formas de colaborar no combate ao racismo no Brasil, fruto das desigualdades raciais. O acolhimento à população brasileira, em sua maioria autodeclarada negra, prescinde de psicólogas preparadas para lidar com a diversidade humana, especialmente a racial. Uma formação que pensa um ser humano homogêneo e dominante, como subjaz na maioria das linhas de atuação clínicas, dos trabalhos acadêmicos e demais práticas psicológicas, não representa a diversidade e desigualdade brasileiras.

As seis pesquisas, a maioria baseada na abordagem social, constituem importantes trabalhos políticos de denúncia do racismo à brasileira, refletindo sobre a ausência do

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira –
Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

tema étnico-racial na psicologia. As psicologias plurais dos saberes instituídos, como psicanálise e demais abordagens, podem e devem contribuir para as questões étnico-raciais. As pesquisas no campo acadêmico estão a cargo de pesquisadores eminentemente de universidades públicas, fato que não destoia do campo das relações étnico-raciais. As universidades públicas constituem importantes centros de pesquisa técnico-científicas.

Como vimos, a psicologia possui autoras negras consagradas no campo das relações étnico-raciais: Virgínia Bicudo, Neusa Santos, Maria Aparecida Bento, embora estejam invisibilizadas nas formações profissionais. Portanto, outra forma de contribuir para uma formação antirracista é ler e divulgar psicólogas que estudam relações raciais, como os seis trabalhos aqui apresentados.

O presente trabalho se propôs a rever o passado brasileiro, da psicologia e do termo branquitude, visando assinalar os precursores no tema e como se deu a evolução do conceito da branquitude no Brasil e como as psicólogas se apropriaram do conceito e o desenvolveram. O resgate de importantes teóricos nacionais e internacionais como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Neusa Santos, Maria Aparecida Bento, Virgínia Bicudo e Lélia Gonzalez, entre outras, visa assinalar a existência pregressa da episteme, quanto as atuais e permanentes autoras contemporâneas como a própria Lia Schucman e Lúcio Oliveira, precursores acadêmicos contemporâneos.

À psicologia, como campo de produção de subjetividades e socialização, compete estar atenta aos movimentos sociais, às interseccionalidades de classe, gênero, raça, sexualidade, capacitista e geracional, entre outros, visando à promoção do Bem Viver⁴.

O racismo é estrutural e estruturante, é um sistema social entranhado na cultura e nas instituições. Todos somos potenciais reprodutores dele. A branquitude brasileira sofre de uma “patologia social” de identificação com o colonizador/agressor. Alteridade é a

⁴ “O conceito do Bem Viver, ‘Bien Vivir/Vivier Bien’ surge na região andina na América do Sul – desde o sul da Venezuela ao norte da Argentina – e deriva por um lado, do Quechua (runa simi) e, por outro, do Aimara (aymará jaya mara aru), que são idiomas pré-hispânicos da região andina. Outras línguas indígenas, como os tupí-guaranis, também mencionam esse termo” (ALCÂNTARA e SAMPAIO, 2017, p. 233). “O Bem Viver se constituiu em uma proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade” (DE LA CUADRA, 2015). “Ao mesmo tempo, é um paradigma para orientar as políticas e ações dos Estados Nacionais, que devem regular as relações sociais com o fim de diminuir as desigualdades na sociedade e melhorar as condições de vida dos economicamente vulneráveis. Nesses termos, o diálogo em torno do Bem Viver sugere repensar a própria definição de desenvolvimento, relativizando-o, a partir do entendimento de interculturalidade” (ALCÂNTARA e SAMPAIO, 2017, p. 237).

capacidade de olhar o semelhante como diferente: pindorâmico, ameríndioafricano e acreditar na potência das pluriversidades. Os movimentos sociais e as novas epistemologias decoloniais podem se constituir como instrumentos potentes para o combate ao racismo como desconstrução permanente.

A psicologia continua branca, estudando um ser humano único, universal, um currículo hegemônico, com autores homens brancos. Poucas psicólogas pesquisam relações étnico-raciais e contribuem para uma formação acadêmica plural e que reflita a realidade sociorracial brasileira. O mito da democracia racial é perpetuado nos saberes psicológicos. O próprio sistema de conselhos se pronunciou tardiamente sobre o tema.

Como saber politicamente construído, a psicologia precisa atender às demandas locais e regionais com urgência, conectando-se às comunidades e movimentos sociais, trabalhando coletivamente. Os conhecimentos populares, tradicionais, muitas vezes são considerados leigos, por serem indígenas, femininos, negros, camponeses, ribeirinhos etc. Pensar essas epistemologias fora dos espaços de subalternidade em relação aos conhecimentos hegemônicos (acadêmicos, científicos) adquiridos de povos estrangeiros é pensar pluriversalmente as psicologias possíveis: negras, africanas, ameríndias, indígenas, amefricanas, brancas, latinas, chicanas, orientais, indianas, pindorâmicas etc. Lutar por reparação histórica por meio de políticas públicas tem demonstrado ser o caminho mais eficaz para reduzir as desigualdades sociorraciais e as psicólogas devem participar da elaboração dessas políticas públicas visando o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **Bem viver**: uma oportunidade de imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 40, 2017.

BALAGUER, Gabriela. **Exercícios da branquitude**: o estrangeiro, os brasileiros e os angoleiros. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CAPELASSO, Monica Salci. **A branquitude e o racismo brasileiro: uma análise psicopolítica sobre as continuidades de dominação branca após a abolição da escravidão que violenta o negro do Brasil contemporâneo**. 2018. 99 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: <http://www.ppi.uem.br/arquivos-2019/PPI_2018%20Monica.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). 2008. 231 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008. Disponível em: <<https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. **Reflexão & Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 46-76, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CARDOSO, Lourenço; MULLER, Tânia Mara Pedroso (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.
COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Psicologia e terror. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 30, 1995.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. População e etnias de São Paulo. **Brasil Escola**, s.d. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/populacao-etnias-sao-paulo.htm>>. Acesso em: 07 out. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. Belo Horizonte: Editora Vozes, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HENRIQUES, Luciana Maciel. **Análise crítica da branquitude a partir de uma interlocução com a Psicologia Social**. 2018. 91 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

JACÓ-VILELA, Ana Maria; MELLO, Daiane de Souza. Por uma história local: a psicologia clínica no Rio de Janeiro. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 10, n. 1, p. 77-89, 2018.

LEAL, Natacha Simei. Das confluências, cosmologias e contra-colonizações. Uma conversa com Nego Bispo. **Revista Entre Rios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia**, v. 2, n. 1, p. 73-84, 2019.

MARCINIK, Georgia Grube. **Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas**. 2018. 115 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 77-95, maio/jun. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/v34n69/0104-4060-er-34-69-77.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

NASCIMENTO, Elizabeth Larkin. **O sortilégio da cor: identidade afrodescendente no Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Lucio Otavio Alves. **Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos**. 2007. 345 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/lucio_oliveira.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros**, v. 10, n. 24, p. 216-240, nov. 2017.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. *In: Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 97-126.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. *In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 59-90.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos de Nosso Tempo**, v. 2, n. 2, p. 189-220, 1954.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 32, p. 166-175, dez. 2012.

Reflexões sobre branquitude e a produção científica da psicologia brasileira – Marcia Ribeiro Ramos – p. 119-153

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca12.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucma_n_corrigeida.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SILVA, Deide Fátima da; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17, n. 32, p. 409-438, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Amelia-ifbano/publication/318436614_Ensaio_da_historia_do_trabalho_domestico_no_Brasil_um_trabalho_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

Recebido em: 30/08/2023 Aprovado em: 20/10/2023
--